

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



■ DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Ministério da Cidadania, refletindo a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, **estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a [Lei 4.320/64](#), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:**

- Superavaliação do Ativo no montante estimado de R\$ 630 milhões, referentes a Termos de Execução Descentralizada - TED a comprovar com vigência expirada ou objeto concluído há mais de 330 dias. Trata-se de TED dos quais não se tem comprovação da execução e/ou devolução dos saldos não utilizados pela unidade recebedora, descentralizados pelo Ministério da Cidadania a outros órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para fins de execução de ações de interesse das unidades orçamentárias descentralizadoras e consecução dos objetos

previstos nos programas de trabalho. Foi constatado que, para 79% do quantitativo total de TED com vigência expirada ou objeto concluído há mais de 330 dias, não foi apresentado Relatório do Cumprimento do Objeto ou o instrumento não consta do controle gerencial do Ministério. Foi solicitado aos setores responsáveis maior controle na gestão dos TED de forma que a apresentação e análise das prestações de contas sejam tempestivas, atendendo a legislação específica.

- O ativo imobilizado (bens imóveis) da entidade está superavaliado em um montante estimado de 90 milhões devido ao reconhecimento indevido de obras em andamento. Os registros foram realizados por ocasião dos Contratos de Repasses firmados com a Caixa Econômica Federal e abrangem a Prestação de Serviços de construção, reforma, ampliação, modernização ou recuperação, em municípios, capitais e no Distrito Federal de diversos equipamentos esportivos. A partir da descrição do objeto dos contratos de repasse, constatou-se que as obras em andamento não estão sendo realizadas em imóveis do Ministério da Cidadania e não se trata de benfeitorias em imóveis alugados pelo Ministério, e, portanto, não cumprem os requisitos das normas de contabilidade para incorporar o Ativo da Entidade. As providências já foram tomadas no sentido de orientar os responsáveis pela execução dos contratos para realizarem os pagamentos de forma a impactar corretamente as contas contábeis. Estamos em tratativas com o Tesouro Nacional para a regularização do saldo registrado.

- O ativo imobilizado da entidade está superavaliado em um montante estimado de R\$ 115 milhões devido ao reconhecimento de veículos que não estão sobre o controle do órgão. Trata-se de veículos adquiridos diretamente pelo Ministério para posterior doação a entes federados, com o objetivo de, entre outros, prover a Rede de Proteção Social do Sistema Único de Assistência Social, porém a baixa patrimonial desses ativos não está sendo tempestiva, sendo realizada somente quando os entes federados favorecidos com a doação encaminham o comprovante de que a transferência da propriedade do veículo foi efetuada, dessa forma o bem permanece registrado na entidade mesmo após não estarem sob o controle da entidade. Foi solicitado à Setorial de Patrimônio do Ministério que sejam tomadas as providências no sentido de atentar para os procedimentos de forma que o impacto nas contas contábeis seja tempestivo.
- Superavaliação do Passivo em torno de R\$ 70 milhões, referente a contratos de repasse com vigência expirada, trata-se de obrigações relacionadas à entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Constatou-se que transferências com vigência encerrada até 31.12.2021 não constituem mais uma obrigação presente para o Ministério e, portanto, não deveriam constar no Passivo nesta data. Como providência acionamos os setores responsáveis que analisem a situação de cada Transferência para os ajustes necessários de forma que permaneça no passivo somente os saldos que caracterizem obrigações presentes para o órgão.

- Falta registro da Depreciação Acumulada referente a Bens Móveis de exercícios anteriores, superavaliando o ativo da entidade. Trata-se de bens advindos do antigo Ministério do Esporte incorporados ao Ministério da Cidadania quando da fusão dos Órgãos em 2019. O Setor de Patrimônio informou que um erro gerado no SIADS está impossibilitando o registro da depreciação e que Setor está em tratativas com o Tesouro e o Serpro para a resolução do problema.

Brasília-DF 08 de fevereiro de 2021

Vanair Alves de Oliveira

CRC nº 018539/O-1

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Financeiro

R\$ milhões

INGRESSOS	2021	2020
Receitas Orçamentárias	1.797,23	665,02
Ordinárias	1.300,19	187,06
Vinculadas	505,37	651,99
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8,32	-174,03
Transferências Financeiras Recebidas	315.574,84	783.976,19
Recebimentos Extraorçamentários	13.549,36	3.606,86
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11,69	14,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.953,26	3.583,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8,55	8,82
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.575,87	0,03
Saldo do Exercício Anterior	4.434,94	439,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.434,94	439,86
Total de ingressos	335.356,37	788.687,93
DISPÊNDIOS	2021	2020
Despesas Orçamentárias	96.636,40	321.357,61
Ordinárias	2.506,63	126.499,12
Vinculadas	94.129,77	194.858,49
Transferências Financeiras Concedidas	236.581,55	453.281,73
Pagamentos Extraorçamentários	2.087,24	9.613,64
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	155,62	402,75
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.922,58	1.113,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8,71	9,04
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,33	8.088,72
Saldo para o Exercício Seguinte	51,18	4.434,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	51,18	4.434,94
Total de dispêndios	335.356,37	788.687,93

Fonte SIAFI

Balanco Patrimonial

R\$ milhões

ATIVO	2021	2020
Ativo Circulante	68.107,52	126.027,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	51,18	4.434,94
Créditos a Curto Prazo	68.055,14	121.590,50
Estoques	1,20	2,07
Ativo Não Circulante	357,11	1.353,30
Ativo Realizável a Longo Prazo	23,15	645,43
Investimentos	-	132,28
Imobilizado	287,11	495,65
Bens Móveis	262,37	236,89
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis	-71,79	-66,18
Bens Imóveis	97,18	325,59
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis	-0,66	-0,64
Intangível	46,85	79,95
TOTAL DO ATIVO	68.464,63	127.380,81
PASSIVO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	4.408,46	5.014,25
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	654,43	247,77
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	60,88	6,62
Obrigações de Repartição a Outros Entes	886,53	700,53
Provisões a Curto Prazo	2.715,32	3.409,04
Demais Obrigações a Curto Prazo	91,29	650,29
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	103,01	63,41
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	102,89	63,29
Provisões a Longo Prazo	0,12	0,12
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.511,47	5.077,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.953,16	122.303,15
Resultados Acumulados	63.953,16	122.303,15
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.464,63	127.380,81

Fonte SIAFI

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos e sua evolução em 2021 em relação a 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério da Cidadania, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

Demonstrações das Variações Patrimoniais R\$ milhões

Variações Patrimoniais Aumentativas	2021	2020
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,09	0,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	151,27	383,23
Juros e Encargos de Mora	5,91	174,33
Variações Monetárias e Cambiais	5,10	-
Remuneração de Dep. Bancários e Aplic. Financeiras	140,11	208,85
Outras Variações Patrimoniais Aument. Financeiras	0,14	0,06
Transferências e Delegações Recebidas	315.933,28	784.563,41
Transferências Intragovernamentais	315.932,61	784.562,51
Transferências do Exterior	-	0,09
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,67	0,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	69.095,26	63.372,98
Ganhos com Incorporação de Ativos	67.037,23	61.940,33
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.058,03	1.432,65
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	9.373,40	751,91
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.065,23	103,30
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.308,17	648,61
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	394.553,29	849.071,59

Fonte SIAFI

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações ocorridas no patrimônio do Ministério da Cidadania durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais, a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Variações Patrimoniais Diminutivas	2021	2020
Pessoal e Encargos	256,59	301,76
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	86.797,35	311.651,18
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.604,92	1.452,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,04	0,01
Transferências e Delegações Concedidas	239.611,29	467.442,36
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	121.358,36	686,46
Tributárias	0,26	0,30
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.820,16	3.313,12
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	452.448,98	784.847,94

Resultado Patrimonial do Período (III) = (I - II)	-57.895,69	64.223,65
--	-------------------	------------------

O que se destaca na DVP são as Transferências Intragovernamentais Recebidas que teve uma diminuição de 468.629,90 milhões (59,73% a menos) em relação ao exercício de 2020, referente a programação financeira com as cotas e sub-repasses recebidos, bem como um aumento de 120.671,90 milhões na Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos, ocasionando um Resultado Patrimonial negativo no Período.

Receitas

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	540,33	540,33	1.797,23	1.256,90
Receita Patrimonial	432,74	432,74	592,03	159,30
Transferências Correntes	0,01	0,01	0,02	0,01
Outras Receitas Correntes	107,58	107,58	1.205,18	1.097,60
RECEITAS DE CAPITAL	1.066,49	1.066,49	-	-1.066,49
Operações de Crédito	1.066,49	1.066,49	-	-1.066,49
Total de Receitas Orçamentárias	1.606,82	1.606,82	1.797,23	190,41

Fonte: SIAFI

O saldo do total das Receitas Orçamentárias evidencia que o Ministério teve um superávit na arrecadação de 190 milhões, a baixa realização se deu em virtude de ter sido prevista uma Receita de Capital em 1,08 bilhões em Operações de Crédito e nada ter sido arrecadado.

Despesas

GND	Dotação Inicial	Auto-rizado	Empe-nhado	Liqui-dado	Pago	saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(b-c)
Despesas Correntes	104.932,78	166.377,82	95.662,22	88.624,74	88.613,05	70.715,61
Pessoal e Enc. Sociais	237,77	164,38	145,11	143,98	134,36	19,28
Outras Despesas Correntes	104.695,02	166.213,44	95.517,11	88.480,76	88.478,69	70.696,33

O que se destaca na DVP são as Transferências Intragovernamentais Recebidas que teve uma diminuição de 468.629,90 milhões (59,73% a menos) em relação ao exercício de 2020, referente a programação financeira com as cotas e sub-repasses recebidos, bem como um aumento de 120.671,90 milhões na Desvalorização e Perda de Ativo e Incorporação de Passivos, ocasionando um Resultado Patrimonial negativo no Período.

Balanco Orçamentário

DESPESAS DE CAPITAL	842,35	985,52	974,18	58,40	58,40	11,34
Investimentos	842,35	985,52	974,18	58,40	58,40	11,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	83,73	83,73	-	-	-	83,73
SUBTOTAL DAS DESPESAS	105.858,86	167.447,07	96.636,40	88.683,14	88.671,46	70.810,67

Fonte SIAFI

O Balanco Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem e as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa. O regime orçamentário adotado no âmbito do Ministério da Cidadania é o misto, ou seja, as receitas são contabilizadas quando da arrecadação e as despesas quando da realização do empenho.

R\$ milhões

Execução de Restos a Pagar					
	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo	Índice realizado
Restos a pagar não processado	4.797,08	1.336,69	1.922,58	1.537,81	40,08%
Restos a pagar processado	567,52	291,35	155,62	120,55	27,42%
Total	5.364,61	1.628,04	2.078,21	1.658,36	38,74%

Fonte SIAFI

Conforme quadro acima, o Ministério executou e pagou em 2021 cerca de 38,74% dos restos a pagar inscritos, passando um saldo a pagar para o exercício de 2022 de R\$ 1.658,36 milhões.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido R\$ milhões

Especificação	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	58.141,93	58.141,93
Ajustes de Exercícios Anteriores	-61,81	-61,81
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-0,62	-0,62
Resultado do Exercício	64.223,65	64.223,65
Saldo Final do Exercício 2020	122.303,15	122.303,15
Saldo Inicial do Exercício 2021	122.303,15	122.303,15
Ajustes de Exercícios Anteriores	-454,35	-454,35
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	0,05	0,05
Resultado do Exercício	-57.895,69	-57.895,69
Saldo Final do Exercício 2021	63.953,16	63.953,16

Fonte SIAFI

Saldo final do exercício de 2021 foi positivo em R\$ 63,9 bilhões, um saldo menor em 58,3 bilhões com relação ao Exercício de 2020,

motivado pela diminuição do saldo da conta de Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada – TED, em virtude de baixas e comprovações realizadas. A redução foi de 53,6 bilhões no saldo de TEDs a comprovar.

Demonstração dos Fluxos de Caixa R\$ milhões

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Ingressos	322.956,49	784.650,03
Receita Patrimonial	441,07	413,10
Remuneração das Disponibilidades	150,96	218,11
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.205,18	33,70
Transferências Recebidas	0,02	0,10
Outros Ingressos Operacionais	321.159,26	783.985,01
Desembolsos	-327.278,98	-780.590,98
Pessoal e Demais Despesas	-87.836,27	-313.117,86
Transferências Concedidas	-2.852,12	-6.093,62
Outros Desembolsos Operacionais	-236.590,58	-461.379,50
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-4.322,49	4.059,05
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
DESEMBOLSOS	-61,27	-63,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-43,65	-26,80
Outros Desembolsos de Investimentos	-17,61	-37,17
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-61,27	-63,97
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	4.434,94	439,86
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	51,18	4.434,94
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-4.383,75	3.995,08

Fonte SIAFI

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa, classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Os Demonstrativos Contábeis do Ministério da Cidadania (órgão 55000) foram elaborados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200/1967](#), do [Decreto nº 93.872/1986](#), da [Lei nº 10.180/2001](#), da [Lei Complementar nº 101/2000](#), das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN).

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS, METODOLOGIAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável bem como ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

2.4 Demais Créditos e Valores

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) tributos a recuperar/compensar; (iii) depósitos restituíveis e valores vinculados; (iv) outros créditos a receber; (v) ajuste p/ perdas e (vi) demais créditos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

2.6 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos e (v) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

2.7 Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Após a aquisição somente são incorporados valores

que acrescentem na vida útil do bem e/ou sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.9 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, neste Ministério são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

2.10 Depreciação, amortização ou exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes e é utilizada a tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

2.11 Passivo Circulante

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

2.12 Provisões a Curto Prazo

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

2.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No Ministério da Cidadania a Conta Caixa e Equivalentes de Caixa é composta pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS e Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento - OFSS.

A 1ª registra o valor do limite de saque da conta única do ente federativo, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

A 2ª registra os valores que estão aguardando assinatura das Ordens de Pagamento pelo Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro para a geração da Ordem Bancária.

NOTA 02 – CRÉDITO DE CURTO E LONGO PRAZO

2.1. Adiantamento de Transferências Legais

Referente a Adiantamento de Transferências Legais há um saldo de R\$ 313.457.963,41 pertencente ao Fundo Nacional de Assistência Social. Deste saldo, R\$ 263.504.953,37 (84%) se refere a exercícios anteriores e estão pendentes de prestação de contas. Todavia, o primeiro repasse para esse tipo de execução ocorreu no exercício de 2018, sendo o prazo de execução prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

2.2. Termo de Execução Descentralizada

Contabiliza os créditos ocasionados pelos repasses realizados a outras entidades e permanecem até que haja comprovação por meio de prestação de contas do órgão recebedor. No caso do Ministério da Cidadania, mais de 98% do saldo constante no grupo de contas se refere ao Fundo Nacional de Assistência Social conforme tabela abaixo:

Tabela nº 01 – Termo de Execução Descentralizada FNAS

TED	FAVORECIDO	VALOR	VIGÊNCIA
1AADWW	510002/57202 - INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA	R\$ 66.327.728.458,46	31/12/2021
TOTAL	R\$ 66.327.728.458,46		

Fonte SIAFI

Este TED possui por objeto o pagamento de Benefícios e Despesas Operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, instituído pela Constituição Federal em seu artigo 203, e da Renda Mensal Vitalícia – RMV, instituída pela [Lei nº 6.179/74](#).

- Descrição do objeto do TED: Termo de Execução Descentralizada de crédito orçamentário e repasse financeiro destinado ao pagamento de benefícios e despesas operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia.

- Cláusulas significativas do contrato, que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros: No entendimento da área técnica, não há cláusulas que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros.
- Informação sobre a natureza da conta “TED a comprovar: Ativo onde são registrados os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada, que ainda não tiveram suas prestações de contas aprovadas.

Segue abaixo levantamento com o montante nas demais unidades gestoras que possuem Termos de Descentralização Externa cujas vigências já se encontram expiradas há mais de 330 dias (considerando os prazos estabelecidos no Decreto nº 10.426/2020, 120 dias para apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto (RCO) + 30 dias de prorrogação + 180 dias de análise do RCO):

Tabela nº 02 – Termos de Execução Descentralizada Vencidos (Data Base 31/12/2021)

UG	Qtd. de TEDs expirados	Não Apresentaram Prestação de Contas	Análises de Prestação de Contas Iniciadas em 2021	Análises de Prestação de Contas Não Iniciadas em 2021
180002	8	8	-	8
180009	5	3	2	3
180073	27	12	12	15
180074	8	4	4	4
400076	4	-	4	-
550005	18	14	3	15

UG	Qtd. de TEDs expirados	Não Apresentaram Prestação de Contas	Análises de Prestação de Contas Iniciadas em 2021	Análises de Prestação de Contas Não Iniciadas em 2021
550008	9	1	7	2
550009	6	2	2	4
550010	2	-	2	-
550018	1	-	1	-
550028	7	-	7	-
TOTAL	95	44	44	51

Desta forma, em 31/12/2021 haviam 95 TEDs com prazo de análise de cumprimento do objeto expirado totalizando em R\$ 633.674.887,81. Este montante corresponde a cerca de 47% do valor total da conta 11382.38.00 – Adiantamento – Termo Execução Descentralizada constante no órgão não superior 55000.

Como se pode depreender da tabela nº 2, dos 95 TEDs expirados 44 já tiveram as Análises de Prestação de Contas iniciadas.

Quanto aos TEDs que não tiveram qualquer documentação apresentadas, as áreas técnicas já foram orientadas a proceder com o estabelecido no artigo 30 do [Decreto nº 10.426/2020](#):

*"Art. 30. Este Decreto poderá ser aplicado aos TED celebrados anteriormente à data de sua publicação, por meio de termo aditivo, desde que haja benefício à execução do objeto.
Parágrafo único. À exceção das disposições do **caput**, os TEDs firmados anteriormente à data de publicação deste Decreto permanecerão regidos pelas disposições:
I - do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993;
II - do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; e
III - da legislação setorial vigente na data de sua celebração."*

2.3. Diversos Responsáveis

Já nas contas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, o maior saldo se refere a Créditos a Receber por falta/irregularidade na Comprovação". Onde são registrados os valores correspondentes à falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive as apresentações fora do prazo legal, bem como a inadimplência na comprovação de instrumentos de transferência ou ainda irregularidade na documentação, com imputação da responsabilidade (Tomada de Contas Especial após apreciação pelo Tribunal de Contas da União).

Em 2021 foram iniciados os lançamentos de atualização monetária das contas correntes com montante acima de R\$ 1.000.000,00. Desta forma, até a presente data houve uma atualização no montante de R\$ 7.305.629,17.

2.4. Ajustes de Perdas

Tabela nº 03 – Ajuste de Perdas na Conta 12121.05.08 - Créditos a Receber por falta/Irregularidade na comprovação

Conta	UG	Valores
12121.05.08 - Créditos a Receber por falta/Irregularidade na comprovação	180002	R\$ 61.033.817,97
	180006	R\$ 710.777,51
	180073	R\$ 763.445,41
	400076	R\$ 5.457.066,10
	550008	R\$ 80.449.556,23
	550009	R\$ 1.857.012,43
	330013	R\$ 151.669.935,28
TOTAL		R\$ 301.941.610,93

Como metodologia de cálculo para o Ajuste de perdas dessa conta foram utilizados os preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas e o percentual aplicado foi de 99,65% haja vista que considerando o histórico de recebimentos de 2019 a 2021 correspondeu a apenas 0,35% conforme evidenciado em tabela abaixo:

Tabela nº 04 - Recebimentos na conta 12121.05.08 - Créditos a Receber por falta/Irregularidade na comprovação

Exercício	Média mensal de recebimentos (A)	Média mensal de saldo de contas a receber (B)	Percentual de recebimento (A/B)
2019	R\$ 0,00	R\$ 56.118.783,64	0,00%
2020	R\$ 674.641,12	R\$ 96.799.040,06	0,07%
2021	R\$ 504.869,69	R\$ 149.253.949,63	0,34%
Percentual médio de recebimento do período			0,35%

2.5. Demais Ajustes de Perdas

Em 2021, foram realizados os lançamentos de ajustes de perdas para as contas abaixo:

Tabela nº 05 – Ajustes de Perdas

Conta	UG	Valor
12121.04.11 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	180002	R\$ 1104.921,30
	180073	R\$ 133.501,55
	180074	R\$ 104.905,24
	180076	R\$ 1.021.695,07
	550008	R\$ 132.769,18
12121.05.05 – Créditos a Receber de Responsáveis por Danos/Perdas	180006	R\$ 1.106.1478,89
	550008	R\$ 422.238,21

Como metodologia de cálculo para o Ajuste de perdas dessas contas foram utilizados os preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas e o percentual aplicado foi de 97,71%, 100% e 99,90%, respectivamente, haja vista que considerando o histórico de recebimentos de 2019 a 2021 correspondeu a apenas 2,29%, 0,00% e 0,10% conforme evidenciado nas tabelas abaixo:

Tabela nº 06 – Ajuste de Perdas da conta 12121.04.11 - Falta ou Irregularidade de Comprovação

Exercício	Média mensal de recebimentos (A)	Média mensal de saldo de contas a receber (B)	Percentual de recebimento (A/B)
2019	R\$ 0,00	R\$ 129.092,17	0,00%
2020	R\$ 9.039,19	R\$ 1.238.195,16	0,73%
2021	R\$ 156.969,42	R\$ 2.555.529,72	6,14%
Percentual médio de recebimento do período			2,29%

Tabela nº 07 – Ajuste de Perdas da conta 12121.05.05 – Créditos a Receber de Responsáveis por Danos/Perdas

Exercício	Média mensal de recebimentos (A)	Média mensal de saldo de contas a receber (B)	Percentual de recebimento (A/B)
2019	R\$ 0,00	R\$ 6.775.192,31	0,00%
2020	R\$ 0,00	R\$ 9.202.775,16	0,00%
2021	R\$ 0,00	R\$ 11.483.717,10	0,00%
Percentual médio de recebimento do período			0,00%

2.6. Transferências Voluntárias

O Ministério da Cidadania passou por processo de auditoria realizado pela Controladoria-Geral da União – CGU e um dos apontamentos cita um montante de R\$ 73.400.138,49 de Transferências Voluntárias vencidas referente a Transferências Discricionárias a Pagar - Consolidação.

Considerando que a unidades gestoras envolvidas são executadas pela Caixa Econômica Federal, o Ministério ainda está em tratativas com esta entidade quanto às providências que serão adotadas para sanar a situação.

2.7. Créditos a Receber - Auxílio Emergencial

Em 2021 foram reconhecidos Créditos a Receber decorrentes de Dano ao Patrimônio referentes a pagamentos indevidos de Auxílio Emergencial 2020, Auxílio Residual e Auxílio Emergencial 2021 nos seguintes montantes:

Auxílio Emergencial 2020 (AE20) – R\$ 6.364.514.742,00;

Auxílio Emergencial Residual (AER) – R\$ 1.597.455.658,00; e

Auxílio Emergencial 2021 (AE21) – R\$ 1.947.966.960,00.

Total: R\$ 9.909.937.360,00

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS A RECEBER

A partir das análises realizadas pela Dataprev e em atenção à necessidade de indicação de possíveis valores de pagamento indevidos nas três fases do auxílio financeiro emergencial (AE20, AER e AE21) para subsidiar a escrituração contábil das contas do Ministério da Cidadania, foram apresentadas estimativas aprovadas no âmbito do Comitê Gestor do Auxílio Emergencial, instituído pela Portaria nº 408/GM/MC, de 8 de junho de 2020.

Referente ao AE20, foi indicado provisoriamente o valor de R\$ 6.364.514.742,00, considerando parcelas analisadas tecnicamente pela DATAPREV considerando achados em análise pela empresa, com indícios de pagamentos indevidos. **Quadro com detalhamento:**

Público	Parcelas	Beneficiários	Valores
Em análise	3.221.050	1.216.854	R\$ 2.166.626.142,00
BOLSA	759.069	301.120	R\$ 586.056.722,00
CADUN	757.715	240.849	R\$ 485.313.820,00
EXTRA	1.704.266	674.885	R\$ 1.095.255.600,00
Pagamentos Indevidos	6.274.868	2.727.205	R\$ 4.197.888.600,00
BOLSA	1.370.750	2.727.205	R\$ 1.011.056.400,00
CADUN	1.263.390	450.660	R\$ 829.332.000,00
EXTRA	3.640.728	648.733	R\$ 2.357.500.200,00
Total Geral	9.495.918	1.627.812	R\$ 6.364.514.742,00

Para o **AER** foi apresentado, provisoriamente, para escrituração, o montante de **R\$ 1.597.455.658,00**. Este valor tem por base informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal, relacionadas aos

pagamentos do Auxílio Emergencial Residual para os Públicos Extracad e CadÚnico, efetivados no período de 29.09.2020 a 31.01.2021, e para o Público Bolsa Família, efetivados no período de 19.09.2020 a 29.12.2020, e em decorrência do cruzamento dessas informações com registros de outras bases de dados. Segue abaixo tabela com detalhamento do valor por público:

Tabela nº 09 – Auxílio Emergencial Residual

Público	Parcelas	Beneficiários	Valor
Extracad	2.215.125	942.605	R\$731.850.912,00
CadÚnico	761.275	285.394	R\$245.296.800,00
Bolsa Família	2.097.342	605.811	R\$620.307.946,00
Total	5.073.742	1.833.810	R\$1.597.455.658,00

Fonte: Relatório de Avaliação nº 925618.

Por fim, para o **AE21**, também de forma provisória, informou-se o total de **R\$ 1.947.996.960,00** (um bilhão, novecentos e quarenta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta reais) dos públicos **Cadastro Único não PBF, ExtraCad e PBF**. Este valor é relativo aos benefícios que foram bloqueados ou cancelados pelo Ministério da Cidadania, de forma preventiva enquanto as análises são realizadas pela Dataprev, em razão dos apontamentos da CGU. Segue detalhamento:

Quadro com Valores apontados como bloqueados/cancelados no AE21 por público.

Público	Quantidade de CPF Distintos	Valor em Reais
CadÚnico N PBF	316.985	R\$ 285.077.960,00
ExtraCad	1.854.052	R\$ 1.483.484.950,00
PBF	458.209	R\$ 179.484.950,00
Total estimado	2.629.246	R\$ 1.947.996.960,00

Assim, o valor escriturado nas contas do Ministério da Cidadania resulta no montante de **R\$ 9.909.937.360,00** (nove bilhões, novecentos e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil trezentos e sessenta reais), ressaltando-se que a possibilidade de revisão em momento posterior.

2.8. Ajuste de Perda - Auxílio Emergencial

Também foram reconhecidos os lançamentos de perdas referentes a esses ativos na conta 12121.99.03 – Ajuste de Perdas de Outros Créditos nos seguintes montantes:

Auxílio Emergencial 2020 – R\$ 6.357.513.775,78;

Auxílio Residual – R\$ 1.595.698.456,78; e

Auxílio Emergencial 2021 – R\$ 1.945.824.196,34.

Total: R\$ 9.899.036.428,90

Tabela nº 10 – Ajuste de Perda Auxílio Emergencial

Créditos a Receber de Auxílio Emergencial	R\$ 9.909.937.360,00
Alíquota aplicada de Ajuste de Perdas	99,89%
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	R\$ 9.899.036.428,90

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO AJUSTES DE PERDA

Além dos preceitos estabelecidos na Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, considerando não haver histórico de recebimento a título de Auxílio Emergencial, foram utilizados os percentuais de perdas estimadas de valores a recuperar dos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) do Programa Bolsa Família – PBF. Para embasamento do percentual, também foram solicitadas informações a Órgãos externos (Ministério do Trabalho e Previdência Social, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social), buscando a mesma informação relacionada à benefícios similares ao Auxílio Emergencial (Seguro-Desemprego, Dívida Ativa da União, benefícios de aposentadorias a ressarcir em virtude de óbito e de Seguro Defeso - Pescador Artesanal).

Quadro com percentual de perda referente ao Programa Bolsa Família - PBF:

Ano	Saldo Final (a)	Pago (b)	Média de pagamento (c = b / meses)	Média de Saldo (d)	Quociente Recebimento % (e = c / d)	Quociente de perda % (f = 1 - e)
jul/21	2.326.985,07	22.054,90	3.150,70	2.245.411,29	0,14%	99,86%
2020	2.051.629,08	35.594,24	2.966,19	2.074.687,34	0,14%	99,86%
2019	2.003.181,31	19.474,70	1.622,89	1.852.606,56	0,09%	99,91%
2018	1.181.333,97	5.027,67	418,97	851.374,58	0,05%	99,95%
Quociente Médio do Período					0,11%	99,89%
Valor de Perda = (saldo final jul/21) - [(0,11% X saldo final jul/21)]					2.324.425,39	

Considerando que os valores apresentados pelos órgãos supracitados foram bem próximos ao da tabela acima, bem como a similaridade do perfil de público de beneficiários, dos benefícios citados e seus percentuais de perdas na recuperação de valores a receber, a unidade responsável optou por adotar o quociente do histórico do PBF como índice de ajuste para perdas estimadas de valores a receber do Auxílio Emergencial, de 99,89%.

NOTA 03 – ESTOQUES

Atualmente o Ministério da Cidadania possui saldos de Estoques de Almoxarifado nas Unidades Gestoras 180002, 180080, 550005 e 550025. Foram encaminhados pela Coordenação de Material e Patrimônio o Relatório Mensal de Movimentação do Almoxarifado referente ao mês de dezembro de 2021 das UGs 180080 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico e 550005 - Coordenação Geral de Licitações e Contratos. Nestas UGs os saldos conferem com o SIAFI. Todavia para as UGs 180002 – Departamento de Gestão Interna e 550025 – SAA/Condomínio do Bloco A não foi possível efetuar a conferência.

NOTA 04 - INVESTIMENTOS

Até abril/2021 existia o saldo de R\$ 132.275.040,75 como Participações em Consórcios Públicos, não havendo mais saldo.

NOTA 05 - IMOBILIZADO

BENS MÓVEIS

Na conta de **Bens Móveis** são registrados os valores de aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados pelo próprio movimento ou removidos por força alheia, sem alteração da sua substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Segue abaixo composição de dezembro/2021 dos bens móveis:

Tabela nº 11 – Bens Móveis

Conta	Saldo	Percentual
1.2.3.11.01.00 - MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	R\$14.938.011,68	5,69%
1.2.3.11.02.00 - BENS DE INFORMATICA	R\$78.448.895,04	29,90%
1.2.3.11.03.00 - MOVEIS E UTENSILIOS	R\$27.049.113,33	10,31%
1.2.3.11.04.00 - MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	R\$2.770.762,66	1,06%
1.2.3.11.05.00 – VEICULOS	R\$137.977.668,06	52,59%
1.2.3.11.99.00 - DEMAIS BENS MOVEIS	R\$1.190.274,63	0,45%
TOTAL	R\$ 262.374.725,40	

Fonte: SIAFI

Ao analisar a conta 12311.05.00 – Veículos, foram observadas diversas entradas de veículos destinados a doação para instituições que prestam auxílio aos dependentes químicos. Devido ao alto montante registrado, foi constatado que o registro da doação no SIAFI está sendo realizado apenas após a conclusão da transferência junto aos órgãos de trânsito envolvidos. A área técnica foi então orientada a proceder com os registros tempestivamente. Então ainda em 2021

esses registros foram iniciados, porém ainda há um montante de superavaliação do ativo de R\$ 115.300.045,58 com data base de 31/12/2021.

No Ministério da Cidadania as Unidades Gestoras já estão utilizando plenamente o sistema SIADS, porém, por um problema sistêmico, em algumas unidades que não estavam realizando o lançamento da depreciação acumulada tempestivamente, não foi possível atualizar o valor. Para esses casos, a Coordenação de Patrimônio já está em tratativas com o Tesouro Nacional e com o Serpro.

BENS IMÓVEIS

Na conta de **Bens Imóveis** são registrados os valores dos bens imóveis, que são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A conta Bens Imóveis em Andamento possui seu saldo composto basicamente por obras em andamento e estudos e projetos. Parte do saldo de obras em andamento era composto por obras iniciadas para atender aos Jogos Pan Americanos de 2007. Em setembro de 2021, foi baixado o valor de R\$ 123.266.533,92 haja vista o reconhecimento de conclusão das obras pelo Departamento de Infraestrutura do Esporte. Como estas obras concluídas se encontram sob a administração do Ministério da Defesa, o Departamento encaminhou todo o informativo para o registro nas contas de ativos desse órgão.

Em abril/2021 também foi baixado nessa mesma conta o montante de R\$ 58.550.000,00 referente ao Contrato nº 15/2015 de reforma

do Centro Olímpico de Treinamento localizados no Parque Olímpico do Rio, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ). Este valor foi devidamente realocado na conta 12321.02.10 – Imóveis de Uso Recreativo e posteriormente baixado para incorporação no ativo da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro haja vista tratar-se patrimônio deste município. Ainda nesse mês foi baixado o saldo de R\$ 61.384.959,85 da conta 12321.08.00 – Benfeitorias em Propriedades de Terceiros referente a benfeitorias realizadas em imóveis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O montante já foi incorporado no ativo da universidade.

Em agosto/2021 foi realizada a reclassificação do montante de R\$ 48.500,00 referente a contratação de Projeto Básico de Circuito Fechado de Televisão - CFTV para a conta 12311.01.05 – Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro.

Desta forma, o montante atual de R\$ 90.910.951,12 da conta 12321.06.01 – Obras em Andamento corresponde quase que integralmente a pagamentos realizados para a Caixa Econômica Federal para acompanhamento de obras de contratos de repasse. Após apontamentos realizados pela Controladoria-Geral da União, foi constatado que esses lançamentos foram realizados de forma equivocada na referida conta considerando os preceitos estabelecidos no MCASP e que, uma vez que as obras estão sendo realizadas em propriedade de terceiros e não utilizadas pelo MC, não havendo um instrumento jurídico que assegure ao Ministério direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos das entregas das obras em andamento, este ativo não pertence ao Ministério da Cidadania.

Isto posto, a Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional foi acionada para orientar a correta contabilização bem como

proceder com uma possível reclassificação para os lançamentos já realizados. Quanto à contabilização já foi obtida resposta e repassada a orientação para as unidades gestoras executoras desses pagamentos restando pendente a orientação para proceder com a reclassificação dos valores já contabilizados.

NOTA 06 – PROVISÕES A CURTO PRAZO E A LONGO PRAZO

No curto prazo, na conta 21791.99.00 – Outras Provisões a Curto Prazo, constam os saldos referentes a provisões para a judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19. Em 2020 foi registrado o montante de R\$ 1.925.200.000,00, porém ao longo de 2021 não houve utilização desta provisão uma vez que os pagamentos foram realizados por meio de execução de Restos a Pagar. Desta forma esse valor foi integralmente revertido no dia 30/12/2021. Ainda nesta data, foi provisionado o valor de R\$ 1.136.943.924,50 também referente a judicialização e contestação dos pagamentos do auxílio emergencial 2020, auxílio emergencial 2021 e auxílio emergencial residual Covid-19. Este valor coincide com os valores inscritos como Restos a Pagar Não Processados e isto foi informado à área técnica responsável.

De acordo com a área técnica responsável, o montante provisionado foi mensurado com base em estimativas de necessidades orçamentárias relativas ao Auxílio Emergencial 2020, Auxílio Emergencial Residual e Auxílio Emergencial 2021 para eventual inscrição em Restos a Pagar 2021/2022.

Para tanto foram utilizadas as informações contidas nas tabelas nº 12 – Público Extracad e CadÚnico e nº 13 – Público PBF abaixo. A primeira tabela contém as características de cada fase do Público Extracad e CadÚnico não PBF. Já a segunda tabela possui informações do público do Programa Bolsa Família – PBF dividido por Auxílio Emergencial 2020, Auxílio Emergencial Residual e Auxílio Emergencial 2021.

Tabela nº 12 – Público Extracad e CadÚnico

		Público ExtraCad	Público Cadastro	Total
AE21	LIBERAÇÃO DE BLOQUEIO CGU	579.927.500,00	145.072.500,00	725.000.000,00
	RESIDUAIS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS	38.971.128,00	9.748.872,00	48.720.000,00
	ADMINISTRATIVOS (JUDICIAL vindo do AR e AE20)	40.362.954,00	10.097.046,00	50.460.000,00
	TOTAL	659.261.582,00	164.918.418,00	824.180.000,00
	JUDICIAIS	19.485.564,00	4.874.436,00	24.360.000,00
AER	CNJ - complementar	54.073.240,00	13.526.760,00	67.600.000,00
	RESIDUAIS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS	34.939.632,00	8.740.368,00	43.680.000,00
	ADMINISTRATIVOS (JUDICIAL vindo do AR e AE20)	16.845.894,00	4.214.106,00	21.060.000,00
	TOTAL	105.858.766,00	26.481.234,00	132.340.000,00
	JUDICIAIS	19.341.582,00	4.838.418,00	24.180.000,00
AE20	RESIDUAIS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS	107.506.560,00	26.893.440,00	134.400.000,00
	JUDICIAIS	51.833.520,00	12.966.480,00	64.800.000,00

		Público ExtraCad	Público Cadastro	Total
	TOTAL	159.340.080,00	39.859.920,00	199.200.000,00
	MONOPARENTAIS MASCULINOS	3.088.073.400,00	257.563.800,00	3.345.637.200,00

Elaboração própria - CGEOFC

Tabela nº 13 – Público PBF

Público PBF	
AE 2020	2.129.459,59
AE RESIDUAL	1.871.239,09
AE 21 E AE 21 ÓRGÃO DE CONTROLE	286.274.465,91
MONOPARENTAIS MASCULINOS	807.379.800,00
TOTAL	1.097.654.963,59

Elaboração própria - CGEOFC

Desta forma foi provisionado os valores abaixo detalhados por tipo de Auxílio:

Tabela nº 14 – Inscrição de Provisão

Tipo de Auxílio		Valores
AE 2020	Auxilio Emergencial 2020 – Beneficiários PBF	R\$ 2.129.458,59
AE 2021	Auxilio Emergencial 2021 – Beneficiários PBF	R\$ 286.274.465,91
	Auxilio Emergencial 2021 – CadÚnico exceto PBF	R\$ 164.918.418,00
	Auxilio Emergencial 2021 – Aplicativo Caixa	R\$ 659.261.582,00
	Auxilio Emergencial 2021 – Demandas Judiciais	R\$ 24.360.000,00
Total		R\$ 1.136.943.924,50

No longo prazo há uma provisão para cobrir despesas com serviços de terceiros. Este lançamento se iniciou em 2016 na UG 550008 como de curto prazo e em 2018 foi transferida para o longo prazo.

BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 07 – INGRESSO FINANCEIROS

Atualmente as Transferências Financeiras Recebidas representam mais de 94% dos Ingressos do Ministério da Cidadania e neste grupo, 98,58% é decorrente da execução orçamentária e 1,42% independente de execução orçamentária.

As Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária estão compostas por Cotas Recebidas, Repasse Recebido, Sub-repasse Recebido, Repasse Devolvido e Sub-Repasse Devolvido.

Tabela nº 15 - Ingressos Financeiros

INGRESSOS	31/12/2021	31/12/2020	Análise Horizontal (%)	Análise Vertical (%)
Receitas Orçamentárias	R\$1.797.230.618,82	R\$665.016.203,88	170,25	0,54
Transferências Financeiras Recebidas	R\$315.574.842.912,77	R\$783.976.190.815,25	-59,75	94,10
Recebimentos Extraorçamentários	R\$13.549.359.509,13	R\$3.606.859.689,11	275,66	4,04
Caixa e Equivalente de Caixa (Ex. Anterior)	R\$4.434.936.071,01	R\$439.860.484,85	908,26	1,32
Total	R\$335.356.369.111,73	R\$788.687.927.193,09	-57,48	100,00

Fonte SIAFI

Na Tabela acima é possível observar um crescimento de mais de 170,25% da Receita Orçamentária em relação ao exercício anterior. Isto se dá em virtude do aumento na arrecadação no segundo Decêndio de Receitas Ordinárias, ou seja, Receitas de livre alocação. No caso do Ministério da Cidadania estes ingressos totalizaram R\$ 1.300.185.877,75 e ocorreram nas fontes 0100 (decorrente de restituições/devoluções do Auxílio Emergencial advindas da UG 170010 – Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB) e 0188 (decorrente de aplicações financeiras).

NOTA 08 – RESULTADO FINANCEIRO

Tabela nº 16 - Déficit Financeiro

2021	
Receitas Orçamentárias	R\$ 1.797.230.618,82
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 315.574.842.912,77
(+) Recebimentos Extraordinários	R\$ 13.549.359.509,13
(-) Despesas Orçamentárias	R\$ 96.636.397.317,75
(-) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 236.581.545.395,37
(-) Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 2.087.244.339,45
(=) Resultado Financeiro do Exercício	- R\$ 4.383.754.011,85

O déficit ocorreu em função da grande quantidade de Pagamentos Extraorçamentários efetuados a título de Restos a Pagar Não Processados atribuídos ao Auxílio Emergencial. Do montante de R\$ 1.922.582.362,92, mais de 31% se refere a Auxílio Emergencial empenhado em 2020.

Cabe ressaltar que a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Auxílio Emergencial foi permitida no exercício de 2020 por meio do Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020, desde que

as Despesas fossem liquidadas até 31/12/2021 e devidamente justificadas pelo gestor. No dia 30/12/2021 foram liquidados R\$ 357.591.239,09 de Restos a Pagar Não Processados conforme quadro abaixo:

Auxílio Emergencial 2020 - Cadastro Único Não PBF	R\$ 39.859.920,00
Auxílio Emergencial 2020 - Extracad	R\$ 159.340.080,00
Auxílio Emergencial Residual - PBF	R\$ 1.871.239,09
Auxílio Emergencial Residual - Cadastro Único Não PBF e Extracad	R\$ 132.340.000,00
Auxílio Emergencial Residual - Demandas Judiciais	R\$ 24.180.000,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado no âmbito do Ministério da Cidadania é o misto, ou seja, as receitas são contabilizadas quando da arrecadação e as despesas quando da realização do empenho, conforme estabelecido no artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

O período a que se refere o orçamento

O orçamento é anual conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 4.320/64, todavia a análise em questão se refere ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

As entidades abrangidas

O Ministério da Cidadania não possui outras entidades vinculadas a ele.

O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.

Ao final do exercício, os restos a pagar não processados liquidados que forem reinscritos para o exercício seguinte ingressam como restos a pagar processados não havendo um controle segregado para estes casos.

Operação de Crédito Interna

Até o momento não há previsão nem execução de operações de crédito internas registradas.

NOTA 09 – RECEITAS REALIZADAS

Tabela nº 17 – Previsão e Arrecadação da Receita

	dez/21	dez/20	Análise Horizontal
Previsão Atualizada da Receita	R\$1.606.817.071,00	R\$1.638.325.388,00	-1,92%
Receita Arrecadada	R\$1.797.230.618,82	R\$665.016.203,88	170,25%
Análise Vertical	111,85%	40,59%	

Fonte SIAFI

Do montante previsto e atualizado da Receita Orçamentária, foram arrecadados 111,85%, um saldo positivo de R\$ 190.413.547,82. Cabe salientar que de acordo com o MCASP, as Receitas Realizadas correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou

por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária. Ou seja, não constam no montante de Receitas Realizadas os recursos do Tesouro a título de créditos orçamentários recebidos no decorrer no exercício correspondentes à contrapartida das despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada) repassados pela SOF.

Tabela nº 18 – Detalhamento da Receita por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% de Realização	% de Realização sobre o Total Realizado
Receita Corrente	R\$540.327.216,00	R\$1.797.230.618,82	332,62%	100,00%
Receita Patrimonial	R\$432.735.358,00	R\$592.031.781,99	136,81%	32,94%
Transferências Correntes	R\$13.886,00	R\$20.033,68	144,27%	0,00%
Outras Receitas Correntes	R\$107.577.912,00	R\$1205.176.294,77	1120,28%	67,06%
Receita de Capital	R\$1.066.489.855,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
Operações de Crédito	R\$1.066.489.855,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
Receita Total	R\$1.606.817.071,00	R\$1.797.230.618,82	111,85%	

Fonte SIAFI

A tabela nº 19 traz o detalhamento da Previsão e Arrecadação das Receitas por Categoria Econômica. Como se pode observar, não em 2021 realização de Receita de Capital e forma que 100% da Receita Realizada até o momento correspondem a Receitas Correntes. Isto já foi questionado à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

A maior parte da arrecadação das Receitas Correntes foram oriundas do grupo "Outras Receitas Correntes". Ao analisar esse grupo no SIAFI foi identificado na UG 550002 – Setorial de Orçamento e Finanças/MC o valor de R\$ 1.187.025.089,11 decorrente principalmente de valores restituídos de Auxílio Emergencial pagos indevidamente, conforme já citado na Nota Explicativa nº 15 - Ingressos Financeiros.

NOTA 10 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

De acordo com o MCASP a Dotação Atualizada demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) acrescidos dos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Já a Despesa Empenhada corresponde ao valor que o órgão público reserva para efetuar um pagamento planejado.

Tabela nº 19 – Dotação atualizada x Despesa empenhada

	dez/21	dez/20
Dotação Atualizada	R\$167.447.071.913,00	R\$414.233.916.251,00
Despesas Empenhadas	R\$96.636.397.317,75	R\$321.357.612.373,09
Despesa Empenhada/ Dotação Atualizada	57,71%	77,58%

Como se pode deduzir da tabela, até dezembro/2021 apenas 57,71% da fixação da Despesa Atualizada foi de fato empenhada, enquanto

que no mesmo período do exercício anterior já havia uma iniciado a execução de 77,58% da despesa.

Tabela nº 20 – Detalhamento da Despesa por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Empenhada/Dotação Atualizada	Despesa Empenhada/Despesa Empenhada Total
Despesas Correntes	R\$ 166.377.821.973,00	R\$ 95.662.216.376,82	57,50%	98,99%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 164.384.572,00	R\$ 145.106.863,50	88,27%	0,15%
Outras Despesas Correntes	R\$ 166.213.437.401,00	R\$ 95.517.109.513,32	57,47%	98,84%
Despesas de Capital	R\$ 985.522.524,00	R\$ 974.180.940,93	98,85%	1,00%
Investimentos	R\$ 985.522.524,00	R\$ 974.180.940,93	98,85%	1,00%
Reserva de Contingência	R\$83.727.416,00	R\$0,00	0,00%	0,00%
Despesa Total	R\$167.447.071.913,00	R\$96.636.397.317,75	57,71%	

Fonte SIAFI

Nas despesas correntes, do montante de R\$ 95.517.109.513,32, o valor de R\$ 64.939.038.807,65 (constante na UG 550027 – Secretaria-Executiva) se referem a despesas empenhadas para enfrentamento da pandemia do COVID – 19, tanto para pagamentos de parcelas do Auxílio Emergencial quanto para contestações judiciais.

NOTA 11 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Tabela nº 21 - Resultado Orçamentário

Arrecadação e Empenho	dez/21	Arrecadação/Despesas Empenhadas
Receita Orçamentária Arrecadada	R\$1.797.230.618,82	1,86%
Despesas Empenhadas	R\$96.636.397.317,75	
Resultado Orçamentário	-R\$94.839.166.698,93	

O Resultado Orçamentário foi deficitário em R\$ 94.839.166.698,93 haja vista que a Receita Arrecadada pelo Ministério a Cidadania corresponde a apenas 1,86% do montante de Despesas Empenhadas. O Subsídio financeiro para execução das Despesas Empenhadas vem dos Repasses concedidos pelo Tesouro Nacional.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 12 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial consiste na diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, decorrente de incorporações de ativos e desincorporações de passivos, e as Variações Patrimoniais Diminutivas, decorrentes de desincorporações de ativos e incorporações de passivos.

No quarto trimestre de 2021, o Resultado Patrimonial foi deficitário em R\$ 57.895.689.915,88, resultado este que também se encontra espelhado nos Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial. Isso se deve principalmente ao fato de que o decréscimo nas

Transferências Intragovernamentais Recebidas ter sido maior do que o decréscimo nas Transferências Intragovernamentais Concedidas.

O Ministério não necessitou de obtenção de linhas de crédito para financiar futuras atividades operacionais ou para satisfazer compromisso de capital.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

No âmbito do Ministério da Cidadania só existem saldos referente a Caixa e Equivalente de Caixas nas contas 11112.20.01 – Limite de Saque com Vinculação de Pagto – OFSS e 11112.20.03 – Limite de Saque com Vinculação Pagto – Ordem Pagto – OFSS conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 6 - Caixa e equivalentes de caixa.

NOTA 13 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

No Ministério da Cidadania esse fluxo foi deficitário em R\$ 4.322.486.326,37 e corresponde a mais de 98% da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Isso demonstra que o ministério tem atuado com necessidades de pagamentos maiores do que o ingresso de recursos em virtude da situação econômica e na grande demanda de pagamentos do Auxílio Emergencial.

NOTA 14 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

No quarto trimestre de 2021 o Ministério da Cidadania não teve movimentação de caixa para atividades de financiamento, o que indica não ter havido alteração no capital próprio nem no endividamento do órgão por meio de empréstimos.

MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

